



Suassuna: só EUA e Chile, além do Brasil, produzem a variedade

Suassuna pede apoio para a produção de algodão colorido

O cultivo de algodão colorido representará a redenção da cotonicultura nordestina, afirmou ontem o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), ao pedir apoio do governo federal para a produção das variedades que estão sendo desenvolvidas em Campina Grande, na Paraíba, por pesquisadores da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).

Suassuna disse que apenas os Estados Unidos e o Chile, além do Brasil, produzem o algodão colorido. A idéia é

produzir no país algodão superprecoce, que rende até três toneladas por hectare, com 45% de aproveitamento das fibras, disse o senador. A principal vantagem do algodão natural colorido, frisou, é a dispensa dos corantes artificiais usados no tingimento de tecidos.

O senador informou que, conforme as previsões dos pesquisadores, o produto será vendido por um preço 70% superior ao do algodão branco, que precisa ser tingido artificialmente.

Valadares e Josaphat apontam ilegalidade em MP

O senador Antonio Carlos Valadares denunciou ontem três ilegalidades na medida provisória que reajusta o salário mínimo e as aposentadorias, referentes aos índices (abaixo da inflação) e à transferência da data do próximo reajuste, para junho de 1997. O senador Josaphat Marinho apontou uma quarta ilegalidade: a obrigação de o aposentado contribuir para a Previdência no mesmo ano em que a Câmara a repeliu duas vezes. **Página 4**

Alcântara não quer plano de saúde liberado

A intenção do governo de liberar os preços dos planos e seguros de saúde foi criticada ontem pelo senador Lúcio Alcântara. Autor de um dos projetos que tramitam no Congresso com o objetivo de estabelecer normas a serem observadas pelas empresas da área, Alcântara condena também a falta de regulamentação da atividade. **Página 4**

Comércio na fronteira preocupa Nabor e Tebet

Senadores denunciam concorrência desleal e cobram implantação de zonas de livre comércio

O comércio brasileiro na fronteira está sendo destruído pela concorrência desleal dos estabelecimentos situados nos países vizinhos. A solução é implantar as zonas de livre comércio criadas e não instaladas do lado brasileiro. A advertência foi feita ontem pelos senadores Nabor Júnior (PMDB-AC) e Ramez

Tebet (PMDB-MS).

Já a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) informou que o presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu o compromisso de sancionar o projeto que cria a área de livre comércio de Boa Vista, o qual se encontra na Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara. **Página 3**

Júlio Campos reprova gastos com empresas em processo de extinção

Providências para a imediata liquidação da Siderbrás, do Instituto do Açúcar e do Alcool e de outras nove estatais em processo de extinção há mais de cinco anos foram pedidas pelo senador Júlio Campos (PFL-MT), que considera injustificáveis as despesas provocadas pela sobrevivência dessas empresas.

Júlio Campos disse ser procedente a suspeita de que os liquidantes dessas instituições, "desejosos de prolongar ao infinito a percepção de suas vantagens pessoais", adiam as decisões que poriam fim ao processo de liquidação. Conforme explicou, o Tesouro Nacional, este ano, gastará 750 milhões para cobrir despesas com salários de servidores, dívidas trabalhistas, juros acumulados e diárias de viagens dessas empresas.

Tais despesas, na opinião de Júlio Campos, contrapõem-se



Campos critica demora

aos resultados positivos apresentados pelas empresas que foram privatizadas. "Parece-nos inadmissível, a um Estado que vivencia extrema penúria, prosseguir tolerando esse revoltante desperdício", afirmou. O senador acredita que o presidente Fernando Henrique Cardoso, "que vem recolhendo seguidos êxitos com o processo de privatização, estará atento a essas advertências".

Flaviano defende rapidez nos processos de desapropriação

Para senador, modificação da Lei nº 8.629 e imediata apreciação de projetos que tramitam no Congresso podem evitar confrontos no campo

A criação de mecanismos legais que permitam maior rapidez nos processos de desapropriação de terras foi defendida pelo senador Flaviano Melo (PMDB - AC) como forma de



Flaviano Melo

evitar a repetição de tragédias semelhantes ao massacre de sem-terra ocorrido no último dia 17, no Pará.

Entre as medidas que podem acelerar aqueles processos, o

senador cita a modificação da Lei nº 8.629 - que regulamenta os dispositivos constitucionais sobre reforma agrária - e a imediata apreciação dos projetos sobre o assunto em tramitação nas duas Casas do Congresso Nacional, conforme decisão já anunciada pelos presidentes do Senado e da Câmara.

Segundo Flaviano Melo, de

pouco adiantará o Ministério da Reforma Agrária se a legislação continuar travada e se não houver vontade política de democratizar o uso da terra no país. Conforme o senador, a legislação em vigor, "dúbia e controversa", dá aos proprietários a possibilidade de usarem inúmeros artifícios para fazer parecer produtivo um imóvel que poderia ser declarado de interesse social. "Não se pode mais continuar correndo atrás do prejuízo, principalmente quando tais prejuízos dizem respeito a vidas humanas", disse.

Palmeira cobra recursos para o plantio

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) fez um apelo às autoridades econômicas e ao ministro indicado para a pasta da Agricultura, Arlindo Porto, para que o governo destine maiores recursos ao setor agrícola neste ano. Ele pediu que seja elaborado um calendário específico para o financiamento da região Nordeste. Palmeira quer que o prazo para a tomada de empréstimos seja estendido de modo que os agricultores possam esperar o fim do período de chuvas para iniciar o plantio.

Na opinião do senador, a quebra da safra de grãos, que foi da ordem de 13 milhões de toneladas no ano passado, pode ser evitada este ano se a oferta de financiamento for adequada e suficiente. Ele lamentou que somente o Banco do Brasil esteja atuando no financiamento à agricultura.

- Tão importante quanto a reforma agrária - disse Palmeira - é evitarmos a migração, a descapitalização e a



Guilherme Palmeira

perda da importância relativa do setor primário. Temos que evitar que a população rural seja expulsa do campo por falta de condições adequadas para continuar aumentando a produção agrícola e a oferta de alimentos.

Guilherme Palmeira considera que o presidente Fernando Henrique tem dado uma certa atenção a esse assunto. Citou como exemplo o reajuste concedido ao setor sucro-alcóoleiro, que permitiu a continuidade do Proálcool, preservando, segundo disse, um milhão de empregos. O senador considera, no entanto, que outras providências devem ser adotadas para garantir a manutenção da produção agrícola em níveis crescentes como o país necessita.



José Eduardo Dutra

Dutra critica condenação de jornalista

O líder do PT no Senado, José Eduardo Dutra (SE), criticou ontem "o perigoso precedente contra a liberdade de imprensa" criado em Sergipe, em que o jornalista Sílvio Monteiro, responsável pelo boletim informativo do Sindicato dos Bancários do estado, foi condenado a 15 meses de prisão por ter reproduzido uma entrevista do presidente regional da Ordem dos Advogados do Brasil. Na entrevista, o dirigente da OAB, Clóvis Barbosa, denunciou uma "negociata" envolvendo o Banco do Estado de Sergipe e o juiz José Alves Neto.

Para José Eduardo Dutra, é revoltante o que aconteceu. Quem reproduziu a entrevista foi condenado, mas quem deu a entrevista, no caso o presidente da OAB de Sergipe, "não foi processado pelo juiz, talvez por saber que seria mais difícil ganhar essa ação. Isso mostra também o corporativismo que existe no nosso Poder Judiciário", afirmou o senador.

Conforme José Eduardo Dutra, "se a moda pegar, vamos ter uma situação difícil no país", onde se pune o jornalista que publica uma denúncia e não se processa o autor das denúncias. Afirmou que se a Justiça tivesse punido os jornalistas que publicaram as denúncias de Pedro Collor de Melo, não teria existido o impeachment do presidente.

Agenda do Dia

PRESIDENTE
Senador José Sarney

10h - Recebe o vice-presidente da Argentina, Carlos Ruckauf.

11h30 - Saída para Cuiabá.

20h - Lançamento do livro *O dono do mar*. Local: Secretaria de Estado da Cultura - Rua Barão de Melgaço, s/nº - Cuiabá-MT.

PLENÁRIO

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

Senadores pedem comércio livre na fronteira

O comércio brasileiro na fronteira está acabando, vítima da concorrência com os estabelecimentos situados nos países vizinhos. A advertência foi feita ontem pelos senadores Nabor Júnior (PMDB-AC) e Ramez Tebet (PMDB-MS), que consideram as zonas de livre comércio do lado brasileiro, em muitos casos ainda aguardando implantação, como

um futuro fator de integração.

Já a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) informou que o presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu compromisso de sancionar o projeto que cria a área de livre comércio de Boa Vista, o qual se encontra na Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados.

Nabor: renúncia fiscal é o que está acontecendo hoje

A instalação imediata das zonas de livre comércio nos municípios de Brasília e Epitaciolândia, no Acre, foi defendida ontem pelo senador Nabor Júnior.

Lembrando que os projetos de criação das áreas de livre comércio do Acre foram sancionados ainda no governo Itamar Franco, Nabor afirmou que a demora na sua instalação é uma discriminação contra o seu estado. O senador disse que as de Guajará-Mirim (RO) e Macapá (AP) - que foram aprovadas na mesma época - já estão em pleno funcionamento.

Na opinião do senador, uma possível causa do retardamento na implantação da-



Nabor

que as duas áreas seria a determinação da equipe econômica do governo de coibir a prática da renúncia fiscal, tese com a qual não concorda o senador. "Mas querem impedir uma lei aprovada pelo Congresso?", questionou, assinalando que renúncia fiscal é o que vem ocorrendo na fronteira do Acre com a Bolívia, que está oferecendo produtos aos brasileiros por preços muito abaixo do mercado nacional, acabando com o comércio formal das cidades acreanas.

Os senadores Ramez Tebet e Geraldo Melo (PSDB-RN) apoiaram a reivindicação de Nabor.

Tebet: muitos lojistas encerraram atividades

O senador Ramez Tebet disse ontem que a criação de áreas de livre comércio em cidades de região fronteiriça é um fator de integração econômica e social. Segundo o senador, quando se fala em globalização da economia, é inadmissível que ainda haja barreiras contra a instalação de zonas de livre comércio.

Ramez Tebet afirmou que, a exemplo do que ocorre nos estados do Acre e de Roraima, o comércio das cidades de Bela Vista, Ponta-Porã e Corumbá, localizadas nas fronteiras de Mato Grosso do Sul com o Paraguai e a Bolívia, também enfrenta grandes difi-



Tebet

culdades, em razão da concorrência daqueles países, e muitos lojistas já encerraram suas atividades.

MERCOSUL

Destacando a importância da integração política, econômica e social que poderá ocorrer entre os países do Mercosul, o senador informou que cerca de 200 advogados e juristas de todo o país estão participando, em Campo Grande, do 1º Fórum sobre os Aspectos Jurídicos do Mercosul. O evento é promovido pela OAB, Instituto dos Advogados e Faculdade de Direito de Mato Grosso do Sul.

Marluce anuncia apoio de FHC a projeto que beneficia Boa Vista

O presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu compromisso com a senadora Marluce Pinto de sancionar o projeto que cria a área de livre comércio de Boa Vista, o qual se encontra na Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados. A in-

formação foi transmitida ao plenário pela própria senadora.

A nova área de livre comércio, já aprovada pelos senadores, substitui as zonas de livre comércio de Pacaraima e de Bonfim, próximas das fronteiras com a Venezuela e com a

República da Guiana, criadas em 1991. As áreas de Pacaraima e de Bonfim, no entanto, nunca foram regulamentadas, apesar dos esforços dos representantes políticos de Roraima, entre outros motivos por supostamente se encontrarem em área indígena.



Marluce Pinto

Valadares diz que governo cometeu três ilegalidades com MP do mínimo

Desconto da Previdência no salário dos aposentados é inconstitucional, adverte o senador Josaphat Marinho

Com a medida provisória que reajustou os valores do salário mínimo e das aposentadorias, instituiu contribuição dos aposentados e transferiu o próximo reajuste deles, de maio para junho de 1997, o governo federal cometeu três ilegalidades, disse ontem o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), ao informar que os partidos de oposição já entraram com ação direta de inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra o ato do



Valadares

Executivo. O reajuste de 12% para o salário mínimo e de 15% para as aposentadorias ficou abaixo do índice de inflação calculado pelo IBGE, de 20%, afirmou Valadares. No caso das aposentadorias, a cobrança de contribuição "promove redução automática" dos seus valores, enquanto a mudança da data-base permitirá uma economia de R\$ 480 milhões para os cofres da Previdência, salientou.

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) acrescentou, em aparte, uma quarta ilegalidade: "a obrigação de o aposentado contribuir para a Previdência no mesmo ano em que a Câmara repeliu a medida por duas vezes". Pela Constituição, observou Josaphat, matéria rejeitada só pode voltar a ser analisada por iniciativa da maioria absoluta da Câmara ou do Senado.

Também apartando, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) afirmou que o salário mínimo é tão vergonhoso que o próprio ministro do Trabalho evitou fazer referência a ele em sua mensagem à nação no Dia do Trabalho.

a gravidade do assunto se explica sobretudo porque "envolve a saúde das pessoas num país em que são ineficientes os serviços públicos da área".

Contrário à ideia de se aplicar aos planos de saúde as leis do mercado, Lúcio Alcântara sustentou que, em vez disso, o governo deveria preocupar-se em universalizar esses serviços, para que haja oferta de atendimento médico eficiente para toda a população.

Reconhecendo que, no governo de Fernando Henrique Cardoso, os gastos com saúde aumentaram, situando-se hoje entre US\$ 80,00 e US\$ 100,00 *per capita*, Lúcio Alcântara disse que a cifra ainda é muito pequena.

Reconhecendo que, no governo de Fernando Henrique Cardoso, os gastos com saúde aumentaram, situando-se hoje entre US\$ 80,00 e US\$ 100,00 *per capita*, Lúcio Alcântara disse que a cifra ainda é muito pequena.

Reconhecendo que, no governo de Fernando Henrique Cardoso, os gastos com saúde aumentaram, situando-se hoje entre US\$ 80,00 e US\$ 100,00 *per capita*, Lúcio Alcântara disse que a cifra ainda é muito pequena.

Alcântara é contra liberação dos preços dos planos de saúde

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) discordou ontem da intenção do governo de liberar os preços dos planos e seguros de saúde. "Não posso admitir que o governo vá liberar esses preços, até porque o reajuste do salário mínimo foi de apenas 12%", disse.

Alcântara criticou também o fato de não existir uma regulamentação para os planos de saúde, que no Brasil têm 40 milhões de pessoas associadas, acrescentando que, depois do desemprego, o tratamento médico é o assunto que mais aflige a po-



Lúcio Alcântara

pulação brasileira.

Autor de um dos projetos que tramitam no Legislativo com o propósito de "impor normas rígidas" sobre as empresas que administram esses planos, o senador alertou que

Prodasen vai instalar fax na rede do Senado

Todos os gabinetes e unidades administrativas do Senado terão à sua disposição o serviço de fax, que está sendo implementado pelo Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - o Prodasen. A expedição e a recepção de fax serão possíveis por meio de computadores que, ligados à rede local, estejam habilitados para esse serviço. Isto será feito por intermédio de linhas telefônicas conectadas a um microcomputador localizado no Prodasen, "com significativos ganhos de produtividade e racionalização de recursos", segundo o diretor-executivo do Prodasen, Marco Antônio Reys.

O novo serviço será instalado inicialmente nos gabinetes parlamentares, e, em seguida, nas demais unidades do Senado. Os setores a serem atendidos prioritariamente estão sendo definidos mediante contatos dos analistas do Prodasen com as chefias das unidades. A utilização do serviço, embora fácil, será explicada, em palestras, aos servidores designados pelas chefias.

O serviço de fax do Senado oferece uma série de vantagens, segundo o diretor-executivo do Prodasen, em relação aos documentos processados em equipamento tradicional de fax, entre as quais, qualidade superior de impressão das mensagens.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Lévy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
■ Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amaral
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal